

2022

## Longa e nova vida para as muitas línguas

Bruna Franchetto

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Follow this and additional works at: <https://scholarworks.umass.edu/livinglanguages>

---

### Recommended Citation

Franchetto, Bruna (2022) "Longa e nova vida para as muitas línguas," *Living Languages • Lenguas Vivas • Línguas Vivas*: Vol. 1: No. 1, Article 3.

DOI: <https://doi.org/10.7275/efbg-6830>

Available at: <https://scholarworks.umass.edu/livinglanguages/vol1/iss1/3>

This Introduction / Introducción / Introdução is brought to you for free and open access by ScholarWorks@UMass Amherst. It has been accepted for inclusion in Living Languages • Lenguas Vivas • Línguas Vivas by an authorized editor of ScholarWorks@UMass Amherst. For more information, please contact [scholarworks@library.umass.edu](mailto:scholarworks@library.umass.edu).

## Longa e nova vida para as muitas línguas

**Bruna FRANCHETTO**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**EDITORES**

Kristine Stenzel (UFRJ)

Luiz Amaral (UMass Amherst)

O mundo é de muitas línguas, as Américas são de muitas línguas, o Brasil é de muitas línguas. Pode parecer repetitivo, redundante, mas é sempre preciso lembrar que o domínio de mais uma língua é uma riqueza não apenas do indivíduo, mas também de uma coletividade. Por outro lado, o monolingüismo, de indivíduos e coletividades, já foi chamado de “doença”, um empobrecimento, desertificação que seca as raízes de conhecimentos e saberes, em sua pluralidade. Os sinais das perdas linguísticas estão diante de nós, faz tempo. Foram dados gritos de alerta, foram feitos diagnósticos sombrios: línguas definhando, em agonia, adormecidas, mortas. Por outro lado, os sinais de resiliência, retomada, despertar de línguas estão também diante de nós. E este, agora, é um tempo de contrastes, de escuridão e de luzes, que nos chama para agir a favor das luzes e da vida.

Enfim, 2022 é o primeiro ano da propalada Década das Línguas Indígenas, instituída e declarada pela UNESCO, o gatilho para a visibilização e o surgimento de uma miríade de iniciativas, em vários países e contextos diversos, que estão se consolidando e se desenvolvendo seguindo bandeiras que vão além da defesa da sobrevivência de línguas, povos, territórios, direitos. Trata-se da defesa de sua integridade, autonomia, autodeterminação. Neste panorama, parcialmente novo e sem dúvida efervescente, a chegada da revista LINGUAS VIVAS é mais do que bemvinda. Não se trata de mais um veículo acadêmico, de mais um palco científico, de mais um canal de divulgação de atores e ações, mas de um espaço inédito de movimentos plurais. Não é por acaso que LINGUAS VIVAS acolhe e oferece muitas línguas, de fato, para muito além delas serem objetos de investigação, assim como acolhe e exhibe muitas vozes para além das dos chamados ‘especialistas’.

O anúncio da mencionada Década engatilhou, ao menos no Brasil, contexto no qual sou observadora e pessoalmente envolvida, a gênese da criação do Grupo de Trabalho (GT) Línguas Indígenas (brasileiro), que foi prontamente nomeado de “Levante das Línguas Ancestrais”, nas mãos e com a liderança de ativistas, professores e pesquisadores indígenas. O GT se estruturou, pensou estratégias, ações e objetivos, com a agência indígena em primeiro plano e nós, não-indígenas, no papel de colaboradores, um segundo plano absolutamente honroso. Não demorou muito para que

surgissem GTs regionais e locais: a participação indígena foi crescendo nos quatro cantos do país e impõe a sua agenda, ou melhor, agendas, no plural. Nenhuma homogeneidade, mas, sim, uma conversa entre experiências as mais diversas possíveis, cada uma das quais quer ser ouvida, apreciada, discutida. Línguas silenciadas encontram suas palavras, línguas adormecidas acordam, se renovam e se transformam; os cantos que guardam o que parece não existir mais são cantados, em corais de crianças e adultos; os anciões que protegeram saberes e conhecimentos encerrados em suas línguas são homenageados e se tornam os mestres dos mestres. A documentação e a pesquisa linguísticas, indiscutivelmente necessárias, começam a ser acessíveis, enquanto suas ferramentas podem ser apropriadas por aqueles que antes eram apenas falantes, consultores, informantes.

A sobrevivência, a vitalidade e o desenvolvimento das línguas nativas estão nas mãos dos que querem continuar a falá-las, uma vez constatados as perdas, o silenciamento e a sobrevivência, bem como as práticas e ideias colonialistas (ou neocolonialistas), que precisa reconhecer e confrontar.

Além de pelo menos duas dezenas de línguas trazidas por imigrantes, incluindo aqui o português, desde a conquista, há quinhentos anos, além das variedades locais e regionais do português brasileiro, dos falares de comunidades de afrodescendentes, estima-se que ainda existem, em graus variados de vitalidade, entre 150 e 160 línguas nativas, faladas pelos habitantes originários dos territórios que se tornariam, conquistados, o Brasil. Quase a metade da diversidade nativa sul-americana se encontra no Brasil, com 40 famílias linguísticas, além de umas duas dezenas de línguas isoladas. Outro aspecto da diversidade linguística sul-americana e brasileira é a sobrevivência de sistemas regionais multilíngues, outrora norma e não exceção. Afinal, os índios sempre foram bilíngues e multilíngues, desde muito antes da chegada dos conquistadores europeus.

Esta estimativa é a dos linguistas e se fundamenta em critérios bastante objetivos. O quadro da diversidade linguística, porém, é ainda mais complexo, se considerarmos as línguas que estão sendo retomadas e vitalizadas, as variedades internas de cada língua, incluindo aqui o português.

Na região nordeste do Brasil, por exemplo, devido ao contato com a língua dos colonizadores, foi inevitável a “perda” de muitas línguas outrora faladas em sua plenitude. O “segredo” dos rituais, com seus cantos, foi o esconderijo protegido de uma sobrevivência surpreendente. É recente e sem volta o caminho das retomadas, com pesquisadores e professores indígenas debruçados no estudo de documentos escritos e das lembranças dos mais velhos. Por outro lado, muitos dos povos indígenas, e não apenas os do Nordeste, consideram o português local falado por eles como parte de sua identidade, em inúmeras variedades orais que desafiam a língua dominante congelada na escrita e nas escolas. A partir do seu jeito de ser, de pensar e de se expressar, os conquistados se apropriaram da língua dos conquistadores, que assumiu novas roupagens e incorporou palavras indígenas

lembradas e recriadas.

Muitas vezes, a única saída para garantir a sobrevivência foi a de abandonar a língua originária e adotar a língua dominante, no curto espaço de tempo de duas ou três gerações. Chegou à escola. A escrita (alfabética) de línguas de tradição oral surgiu como a sua 'salvação', trazendo a estandardização e a escolarização centralizada, que procuraram apagar a diversidade dialetal, que é muitas vezes crucial para a diferenciação de grupos locais em relação, mantendo vivos inteiros sistemas nativos. Confinamento no espaço e a assim chamada 'comunicação global' têm sido outros fatores que levaram e continuam levando à agonia a diversidade linguística.

Há uma outra face da moeda, todavia e felizmente. A língua dominante penetra nas línguas nativas através da escrita, da escolarização, das mídias, com palavras, morfemas gramaticais, marcadores discursivos, expressões inteiras, dando origem às línguas 'misturadas' faladas pelos mais jovens. Novas línguas surgem nas frestas e nas fronteiras, num constante processo de criatividade expressiva, em novas variedades tanto orais como escritas (por exemplo, o 'internetês misturado', português/língua indígena, usado nas comunicações e-mail, facebook, twitter, etc.). Se algumas línguas são enterradas em funerais apressados, outras ressurgem em processos de retomada iniciados e conduzidos pelos próprios povos indígenas.

O Censo de 2010 scandalizou alguns por registrar falantes de línguas consideradas “extintas”. Muitos dos que se autodeclararam para o censo como falantes de uma destas línguas pertencem a agrupamentos sociais que conseguiram ressurgir da invisibilidade e do silêncio. Em sua luta para o reconhecimento de sua existência e resistência, bem como de seus direitos territoriais, se declarar falantes de uma “língua extinta” é um corolário lógico e uma urgência política. Algumas dessas comunidades não ficam apenas na retórica, mas estão, no momento, empenhados em se apropriar de uma língua, seja junto a vizinhos falantes de variedade ou ‘língua’ aparentada (geneticamente e/ou historicamente), seja empreendendo cuidadosas pesquisas documentais, seja através de uma recriação por meio de engenharias sociolinguísticas extremamente criativas. Novas vidas e novas línguas voltam a povoar uma paisagem de perda e subtração, em iniciativas espontâneas de revitalização, sacudindo a omissão e à revelia das tímidas e fragmentadas políticas linguísticas do estado. Em suma, é a noção de “língua” como construto político que interessa, agora: “língua” declarada para existir, resistir, reagir. Assim, a palavra de ordem, hoje, não é tanto “revitalização”, mas, sim, “retomada”. Este momento histórico deve ser documentado e discutido, para um futuro de vida, não de aniquilamento.